



XVIII ENANPUR
NATAL2019
27 a 31 maio

CONSENSO E CONTRADIÇÃO: MARKETING E CINEMA NA CONSTRUÇÃO NARRATIVA DOS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS FECHADOS

Autores:

Rafael Baldam - IAU USP São Carlos - rafabaldam@gmail.com

Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira - IAU USP São Carlos - tomas_moreira@sc.usp.br

Resumo:

Condomínios fechados desempenham papéis como símbolos de status, segurança, e lucrativos produtos imobiliários. Seu sucesso mercadológico está relacionado ao crescimento da criminalidade e também à uma estratégia de marketing que idealiza estes espaços como refúgios de segurança. Esta estratégia constrói um consenso coletivo de que condomínios são sinônimo de segurança. Contrapondo-se a esta narrativa, o cinema apresenta algumas contradições à vida entremuros, como a presença do crime dentro dos condomínios e a intolerância. Nesse contexto, nesse artigo são analisados anúncios de condomínios fechados, promovendo o consenso da sua segurança, em contraste à análise dos filmes “La Zona” e “Historia del Miedo”, apresentando contradições da vida securitizada e vigiada. A partir disso, são perceptíveis duas camadas de discussão e ação da insegurança urbana: uma prática, que age sobre os espaços físicos; e outra discursiva, que molda o entendimento do que é segurança e como adquiri-la.



CONSENSO E CONTRADIÇÃO

Marketing e cinema na construção narrativa dos condomínios residenciais fechados

INTRODUÇÃO

Este trabalho¹ parte da implantação massiva de condomínios residenciais fechados² no Brasil desde a década de 1970, que vem sendo estudada por Caldeira (2000), Spósito e Góes (2013), entre outros, e a associa às concepções sobre o ideário do medo urbano e da insegurança, que elege espaços residenciais fechados como soluções. Lira (2017), Graham (2016), Cruz (2010) são alguns dos pesquisadores que direcionam reflexões para compreender a cidade enquanto espaços violentos, em contraste a espaços de segurança, refúgios.

Sobrepondo-se a estas duas matrizes, entende-se que as conformações espaciais e sociais que se formam nesse contexto implicam em uma transformação do tecido social e do entendimento do indivíduo em si. Nesse sentido, autores como Dunker (2015), Bauman (2003, 2005), Han (2017), entre outros, procuram explicar como a sociedade e o indivíduo podem ser afetados pelos arranjos contemporâneos pautados pela violência e medo urbanos. Dunker e Bauman, inclusive, utilizam o condomínio fechado ora como uma ideia, uma categoria de explicação geral da sociedade atual, ora como elemento urbanístico produto dessa mesma lógica. O condomínio fechado, então, se comporta como um elemento chave, simbólico e

¹ Este artigo é um trabalho derivado de pesquisa de mestrado em andamento, com fomento da FAPESP, intitulada Medo e Segregação na Cidade: Sociabilidades em Jogo em um Contexto de Enclaves Fortificados.

² Segundo Leonelli (2010) a utilização do termo “condomínio” referindo-se à loteamentos residenciais fechados deve-se ao entendimento legal do que constitui o parcelamento do solo. A partir do Decreto Federal 271/67, ao equiparar legalmente loteamentos à condomínios verticais, fez com que fossem utilizadas duas leis para embasar a legalização de loteamentos residenciais fechados: Lei 4591/64 (versa sobre condomínios em edificações) e a Lei 6766/79 (versa sobre parcelamento do solo e loteamentos). Legalmente, dependendo da lei sob a qual o loteamento foi regularizado, ele é categorizado como Loteamento Fechado ou Condomínio Fechado. No entanto, como este artigo não se concentra nas questões legais dos loteamentos, eles serão referidos como “condomínios residenciais fechados”, pois é a definição que está presente com maior carga simbólica no imaginário coletivo.

factual, que permeia atuais dinâmicas urbanísticas, sociais, psicológicas, econômicas e políticas.

Usando dessa plataforma teórica, este artigo apresenta uma análise da construção de consensos e contradições sobre a vida entre muros, nos condomínios fechados, como apresentados pela propaganda e pelo cinema. Ou seja, aqui, o foco está colocado sobre estratégias de convencimento colocadas a favor dos condomínios, no caso da propaganda, e contraditórias a eles, no caso do cinema. Este embate acontece no campo dos discursos. A partir do crescimento da violência urbana (e também em casos onde não há crescimento evidente) são forjadas soluções para ela. Sistemas de câmeras e vigilância, grupos privados de guardas, carros blindados, condomínios residenciais fechados e toda sua indumentária: cerca elétrica, blindagem, guaritas, rondas, cercas cortantes, etc. Estas estratégias e instrumentos ganham visibilidade e potencial aderência da população a partir da construção de narrativas que às associam à segurança, cria-se um consenso; prática levada a cabo pelo marketing relacionado aos condomínios. O cinema, por outro lado, utiliza da sua linguagem para trazer rupturas nesse consenso, representando entraves à vivência supostamente pacífica dos condomínios. É importante ressaltar que o cinema, geralmente, não se posiciona como contrário a esta forma de vivência, mas propõe contradições possíveis, que vão de encontro a uma ideia cristalizada socialmente de que dentro dos condomínios se está livre de qualquer distúrbio.

Seguindo esse direcionamento, são analisados trechos de divulgação e marketing de alguns condomínios horizontais fechados da Região Metropolitana de Campinas³. Também serão analisados dois filmes de ficção: “La Zona”, de Rodrigo Plá (2007) e História del Miedo, de Benjamin Naishtat (2014). Ambos, apresentam histórias internas a loteamentos residenciais fechados, e lidam com questões do crime, violência, medo e segurança. Apesar de serem longas metragens estrangeiras, respectivamente mexicana e argentina, é possível utilizá-las para refletir sobre a condição brasileira devido a similaridades que o desenvolvimento urbano produziu nesses países, e também por semelhanças estéticas e éticas entre os loteamentos e condomínio fechados brasileiros e aqueles em outros países da América. Como matriz comparativa, entre as linguagens da propaganda e do cinema, são utilizadas algumas categorias, já presentes na grande maioria dos discursos relacionados à segurança urbana e a condomínios fechados. São elas: relação com a natureza, artifícios de segurança, disposição de serviços, lazer e estilo de vida diferenciado. Estes conceitos guiarão as leituras das peças de propaganda e dos filmes. Assim, pretende-se evidenciar onde se localizam e como são articuladas as divergências entre estas duas formas de apresentar a vida entre muros.

Primeiramente, apresentar-se-á uma contextualização das questões relacionadas ao medo urbano e às respostas oferecidas pela securitização do espaço das cidades; em seguida, mostrar-se-á uma breve consideração sobre o papel do discurso a importância da sua análise; para então colocar as formas de construção de consensos que a propaganda emprega, buscando construir a ideia do condomínio fechado como espaço ideal; por fim, são

³ A pesquisa de mestrado em que este artigo se apoia, debruçou-se sobre a concentração de loteamentos fechados na RMC, focando nos municípios de Campinas, Itatiba, Valinhos e Vinhedo.

apresentadas algumas contradições desse discurso, utilizando para isso a narrativa cinematográfica e as problematizações que ela apresenta.

MEDO E SECURITIZAÇÃO URBANA

A presença do medo na cidade, tomado como uma das forças que carregam a vivência nela, interfere diretamente na noção de espaço público enquanto formador das ideias de coletividade, sociabilidade e democracia. De certo modo, estes conceitos se tornam “borrados” a medida que competem por espaço com a implantação de arquiteturas ofensivas, muros, securitização e vigilância, dinâmicas que caminham no sentido contrário da publicização do espaço. Essas espacialidades estão ligadas a uma estética da desconfiança e da antecipação das violações, alterando as formas de prática e reflexão sobre as sociabilidades e a coletividades.

[...] as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de “enclaves fortificados”. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. (CALDEIRA, 2000, pg 211)

O termo “enclaves fortificados” corresponde a uma gama de objetos arquitetônicos e urbanísticos que compartilham as seguintes características. São propriedade privada de uso coletivo, valorizam o ambiente privado em detrimento do público, são fisicamente demarcados por muros e grades, são voltados para seu interior e não à rua, controlados por guardas ou sistemas de segurança, impõem algum modo de controle de ingresso, podem ser espaços autônomos em relação à cidade, aqueles que habitam estes espaços escolhem conviver entre pessoas seletas, são espaços indicadores de status (CALDEIRA, 2000). Entre estes objetos urbanísticos e arquitetônicos que corroboram para esta “cidade do medo”, os condomínios fechados têm considerável importância, devido seu porte, aceite generalizado pela sociedade e impactos na malha urbana. Utilizando a cidade de São Paulo como exemplo, a autora ainda coloca que, em meados da década de 1980, em uma São Paulo complexa e fragmentada, o aumento do crime violento intensifica a fortificação da cidade, carregando com ela a proliferação de preconceitos pautados em um discurso do crime, culpabilizando certos grupos sociais. As consequências surgem, em parte de forma espacial, incentivando a reprodução de espaços exclusivos, de ingresso controlado, de homogeneização de usuários; assim, colocando os condomínios de apartamentos e os condomínios horizontais fechados como os modos principais de organização e segregação espacial de São Paulo.

Frequentemente, quando o espaço urbano é modelado a partir da chave da insegurança e medo urbano, ele ganha contornos que reforçam a exclusividade, controle e vigilância, sobre seus usuários, moradores e trabalhadores. A vigilância constante já foi



alertada por autores como Bauman (2013) e Orellana (2011). Este define como “dispositivos panópticos”: ferramentas de visibilidade que ocultam a própria verificação, tornando-se agentes de algo ou alguém que não pode ser checado, assim como instituem uma gestão sobre os corpos sem informar seus parâmetros para isso. Aqui, entende-se este conceito ancorado a uma produção arquitetônica (e conseqüentemente, de cidade) que permite e potencializa uma instituição disciplinar, em outras palavras, uma forma de governo dos corpos. Somados às estratégias de proteção, como muros e grades, os dispositivos panópticos se colocam no espaço urbano via guardas particulares, câmeras e microfones; elementos de vigilância e controle sobre as diversidades, minando as heterogeneidades e conflitos para convertê-los em homogeneidade e conciliação, além de sustentarem um sentimento de desconfiança daquele que é observado. Pode-se dizer, então, que os meios de proteção ficam sob encargo de cada indivíduo, e a segurança torna-se um produto seletivo. Um exemplo interessante desse conceito é apresentado no documentário “Um Lugar ao Sol”, de Gabriel Mascaro (2009). Neste documentário, Mascaro entrevista moradores de coberturas de luxo em edifícios em diversas cidades brasileiras. Distantes da vida nas calçadas, estes moradores frequentemente relatam seu poder de observação sobre os outros, sem que eles próprios sejam observados. Os dispositivos panópticos, como Orellana coloca, podem ser entendidos como uma instrumentalização do espaço público, como um cerceamento da esfera pública, mas também pode ser entendido como uma atitude individual, uma postura frente à esfera pública. Essa interpretação, que coloca os indivíduos como atores panópticos, se aproxima da ideia que Han (2014) apresenta. Para ele, os indivíduos estão engajados em observar (leia-se, vigiar) o outro ao mesmo tempo em que preservam-se ocultos. Não há um centro de observação que cai sobre todos. Ao contrário, cada indivíduo tem e exerce essa habilidade.

Vigiar os outros e a si mesmo, proteger-se a qualquer custo é uma preocupação constante de quem vive nos grandes centros urbanos, e até em cidades menores. A ideia comum de que a vida na cidade é perigosa leva a um pensamento generalizante de que todas as cidades são perigosas, afinal é o que é veiculado por grandes jornais e noticiários na televisão. Assim, todos embarcam no zeitgeist da proteção e vigilância. Contudo, é interessante notar que existem nuances no que diz respeito à sensação de insegurança e a violência real vivida. O trabalho de Spósito e Góes (2013), falando sobre cidades médias do interior de São Paulo, mostra que, em sua maioria, a experiência de vida dos moradores de enclaves fortificados entrevistados traz poucos acontecimentos traumáticos, ainda que eles expressem o aumento da sensação de insegurança, construindo o que as autoras chamam de “violência representada”. O papel da mídia e espacialização dos artifícios de securitização têm papel fundamental no incremento desse imaginário da violência, onde a força da suposição equipara-se à força do fato. Por outro lado, há lugares em que os índices de violência justificam sua existência, como é o caso de Pernambuco; aproximando o discurso do medo à violência real (CRUZ, 2010). No mesmo sentido, Souza (2008) coloca que a criminalidade violenta e a sensação de insegurança não são percebidas de maneira proporcional e coerente todo o tempo. A mídia se encarrega de amplificar e retroalimentar o medo. O autor ainda relaciona este fato como uma proposta estratégica, ou seja, propaganda.

O crime rende boa manchetes, o medo do crime vendo jornais e encontra ampla audiência – da mesma forma que, cada vez mais, o medo do crime rende bons negócios (de carros de passeio blindados a



armas, de “condomínios exclusivos” aos serviços de firmas de segurança particular) e promete render votos a candidatos a cargos no Executivo e no Legislativo. (SOUZA, 2008, pg. 30)

No filme “O Som ao Redor”, de Kleber Mendonça Filho (2013), são representadas, ao redor de um bairro de classe média de Recife, formas de manifestação do medo na cidade. A vizinha que vigia outra vizinha, a rua deserta à noite, os sons que vêm da rua e invadem os apartamentos dos condomínios verticais, a criança que tem pesadelos com pessoas (negras) invadindo sua casa, o grupo particular de vigilância que observa a vizinhança. Uma das questões colocadas pelo longa metragem é a natureza difusa da sensação de insegurança, composta por pequenos e grandes acontecimentos, próximos a nós ou nós. Como defesa a estes estímulos complexos, são apresentadas poucas alternativas. A mais chamativa delas é a auto reclusão.

Em cidades que convivem com a violência diariamente, definidas pelo autor como “fobópolis”, a população se encontra submetida a um “clima de guerra civil”. Somado à postura da mídia em relação a divulgação da criminalidade e violência, seus habitantes tendem a considerar este cenário como natural, o que abre portas para a aceitação comercial das soluções de segurança. Como extensão dessa prática, as instituições governamentais se encontram pressionadas para oferecer soluções à criminalidade e à violência. Em metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, diferente de cidades onde a questão maior sobre segurança é o terrorismo, aqui os atores que contribuem para a dinâmica do medo são os traficantes, grupos paramilitares de extermínio e a polícia. Assim, à questão da segurança pública são oferecidas soluções militares, ao invés do reconhecimento de que as raízes da proliferação da violência e do medo residem em questões sócio econômicas. Graham (2016) define como “militarização” um processo que naturaliza paradigmas do pensamento, ação e política militar, podendo aplicá-lo então às diversas esferas da vida, entre elas a gestão urbana. Esta estratégia é composta pela disciplina agressiva de corpos, espaços e identidades que não condizem com o código estipulado como padrão (normalmente, masculinizado); pelo amplo uso da política como plataforma de romantização e higienização da violência, como uma vingança legítima ou reconquista de territórios; consiste em uma “destruição criativa” de aspectos sociais e culturais herdados.

Os impactos que os muros dos condomínios implicam no espaço urbano são traduzidos em outras linguagens e suportes, mas preservando o afastamento do outro como um dos seus articuladores centrais. A ideia de vigilância constante se sustenta sobre uma economia do medo, atuante nos mais diversos campos. Construtoras e imobiliárias especializadas em condomínios fechados, cercas elétricas e cortantes, sistemas remotos de segurança, grupos de segurança particular, carros blindados, entre outros. O cotidiano se desenvolve agora também sob o escrutínio da vigilância constante, inclusive na esfera digital: GPS, chips de identificação biométrica, cartões bancários e bancos de dados financeiros, sensores “inteligentes” em carros e casas. Tecnologias impulsionadas por um medo iminente. Apesar de suas apresentações acontecem sob a égide da segurança, é possível interpretá-las também sob a égide do controle.



Essas tecnologias de controle cada vez mais se diluem no pano de fundo dos ambientes urbanos, das infraestruturas urbanas e da vida urbana. Aplicadas sobre e na extensão das paisagens urbanas do dia a dia, trazendo à tona estilos radicalmente novos de movimento, interação, consumo e política, de certa forma elas se tornam a cidade. (GRAHAM, 2016, pg 126)

É impossível negar que a experiência de vivência na cidade, tanto no espaço público quanto privado, sob o exercício de tais estratégias de controle e segurança, digitais e físicas, distorce ou, pelo menos, borra as noções de espaço democrático, espaço público, privacidade e tolerância. Enquanto o espaço privado caminha em direção da ideia de refúgio fortificado, exclusividade e negação das diferentes alteridades; o espaço público é reinterpretado como “não tão público assim”, devido justamente aos modos de controle de acesso que tomam forma em algumas cidades, ou ainda são identificados como repositórios da criminalidade e do medo. Estas leituras sobre ambos se retroalimenta e perpetua a condição de cidades do medo. Toma forma uma tautologia, em que se torna impossível definir se as formas de securitização e controle dos espaços e dos corpos são respostas à sensação de insegurança e medo, ou se estes afetos são potencializados a partir da presença de tais artifícios de segurança.

Assim, sistematizada por uma estrutura neoliberal, com manifestações espaciais nas cidades brasileiras e impactando as práticas sociais, os enclaves fortificados configuram uma lógica de sociabilização e urbanização que não é nova, mas que impregna em todas as esferas da vida. Identificados como produtos modelos de resolução de problemas da moradia, como a exclusão da precariedade, do risco e da indeterminação, os enclaves fortificados excluem o que está fora de seus muros, e em relação aos seus espaços intramuros, aparecem como resquícios os espaços de sociabilidade, contudo destinados a um grupo social homogêneo. Nesse ambiente, a figura do síndico aparece como reguladora de condutas, e possui seus artifícios como proibições, controles de acesso e vigilância, que frente às menores divergências, são acionadas com potência por entender que entre iguais as pequenas diferenças se tornam gigantes. Os muros, então, como um dos artifícios de controle, assumem um papel dual de negação (limite) e de reificação (narrativa que enfatiza o “aqui, sim”) e ao comporem a lógica do condomínio, alteram as dinâmicas de sociabilidade e as construções de subjetividade (DUNKER, 2015).

A NARRATIVA DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS

Caldeira (2000), em seu estudo sobre a cidade de São Paulo, destaca uma parte do seu trabalho para analisar anúncios de apartamentos e condomínios fechados. Para a autora, a mídia carrega um importante papel na construção de um imaginário do local ideal de moradia. Para isso, e mídia deve veicular narrativas de valores e estilos de vida compatíveis com seu público alvo. Assim, é possível analisar peças de propaganda para extrair delas valores considerados importantes para os consumidores de determinado produto. Os condomínios horizontais fechados, identificados aqui como produtos imobiliários, aparecem como uma solução de um pacote de problemas que a vida na cidade contemporânea carrega. Os atores que contribuem para a formação de um consenso sobre a viabilidade do condomínio fechado

como resposta à violência são vários. Anúncios promovidos pelas próprias empresas imobiliárias e incorporadores, em jornais, revistas e internet são os mais óbvios locais onde encontrar essa narrativa. Reforçando-os, o jornalismo com foco na violência e programas sensacionalistas, alimentam a ideia de que vivemos em meio à barbárie, contribuindo para um tipo de urgência nas atitudes de proteção e reclusão. Por fim, a própria convivência entre iguais faz reverberar uma ideia comum.

Para Fernandes (2014), analisando a região metropolitana de Vitória, o marketing desempenha um papel importante na narrativa do condomínio fechado pois ele dialoga diretamente com os processos econômicos que o produto movimenta: o condomínio fechado é apresentado como um produto exclusivo, assim incrementando seu valor, traduzindo-o em maiores rendimentos. Outro fator apresentado pelo autor, é a produção cultural de novas necessidades. Uma peça publicitária tem o poder de indicar ações, objetos e valores que devem ser considerados como importantes para determinado grupo social. No entanto, vale lembrar que o cinema também tem esse poder, induzindo tendências culturais.

Blumer (1969) descreve uma teoria social da comunicação que pode ser aplicada para este contexto. Para o autor, as informações se deslocam pela sociedade através de interações entre as pessoas, que são mediadas por uma série de símbolos e etapas de interpretação. Assim, indivíduos e instituições atribuem valores às coisas, e ao fazê-lo, retiram-na de seu contexto holístico para marcá-la com um significado. Segundo o autor, as ações são produtos do processo de auto-indicação: trata-se de um processo comunicativo onde o indivíduo percebe as coisas, estima seu valor, dá significado a elas e age com base nesse significado. Quando considerado em meio a um grupo, este processo individual se alinha ao comportamento do grupo, que estabelece coletivamente símbolos e significados que os representam. O indivíduo recolhe estes estímulos vindos do grupo para compor sua própria matriz de valores. Este processo, nomeado por Blumer como interacionismo-simbólico pode ajudar a compreender como é construído um consenso sobre a ideia dos condomínios fechados enquanto refúgios urbanos.

A peculiaridade consiste no fato de que o ser humano interpreta ou “define” as ações dos outros, ao invés de meramente reagir às ações dos outros. Sua “resposta” não é feita diretamente à ação do outro, ao invés, é baseada no significado que ele atribui a estas ações. Logo, a interação humana é mediada pelo uso de símbolos, por interpretação ou por averiguação do significado das ações dos outros. (BLUMER, 1969, pg. 79)

Considerando a teoria de Blummer, tomemos o condomínio fechado como objeto de análise. O condomínio é colocado como alternativa válida à violência urbana através da propaganda (impulsionadas pelo jornalismo focado na violência). O indivíduo que recebe esta informação inicia seu processo de auto-indicação: ele percebeu o objeto, agora deve estimar seu valor. Para isso, é preciso lembrar a que grupos este indivíduo faz parte. Sua classe social, raça, religião, a família, podem ser alguns marcadores que indicam quem são seus pares, ou seja, são aqueles com os quais há maior interação social, troca de informações. A partir dessas interações, o indivíduo, para dar significado ao objeto em questão, precisa interpretar as



informações e símbolos recolhidos. Estas se interpolam entre a informação inicial oferecida pelos anúncios do condomínio. Então, o indivíduo age. Como os trabalhos de Caldeira (2000) e Spósito e Góes (2013) sugerem através das entrevistas conduzidas, é comum que moradores de condomínios fechados (ou seja, pessoas que já atribuíram ao condomínio o significado de “boa opção de morada”) influenciem, direta ou indiretamente, pessoas próximas na família ou amigos a morarem em espaços semelhantes. Este seria um exemplo de alinhamento individual ao posicionamento do grupo (família).

O processo descrito por Blummer, os condomínios fechados funcionam como símbolos, cujo significado muda de forma à medida em que é jogado de indivíduo a indivíduo, de grupo a grupo, cada um interpretando-o segundo sua própria construção simbólica. Não é por acaso que, apesar de condomínios fechados serem um produto imobiliário de grande sucesso no Brasil, ou seja, é um símbolo com valores positivos para os produtores e consumidores desse produto; ele é visto por setores da crítica urbanística, da geografia, da política urbana e da teoria social a partir outra ótica, atrelada a valores negativos. Ou seja, o mesmo símbolo troca de significado. Essa ideia pode também ajudar a compreender a seguinte colocação que Caldeira (2000) faz ao analisar um anúncio de um condomínio em 1975:

Pelo menos dez anos antes do crime violento aumentar e se tornar uma das principais preocupações dos moradores de São Paulo, a insegurança da cidade já estava sendo construída nas imagens das imobiliárias para justificar um novo tipo de empreendimento urbano e de investimento. (CALDEIRA, 2000, pg. 266)

Caldeira fala de um fator também analisado por Spósito e Góes (2013). As autoras perceberam que nem sempre há uma equivalência entre os índices de criminalidade e a adesão por condomínios fechados, de modo que mesmo em momentos em que os índices de criminalidade estão em declínio ou em baixa, a opção por moradia em condomínios horizontais fechados parece permanecer alta (a sensação de insegurança permanece presente, mesmo quando não há estímulos reais ao medo). Lembrando do interacionismo simbólico, a simbologia que o condomínio fechado representa, enquanto refúgio, permanece inabalada até hoje. A teoria de Blummer também pode ser aplicada à sensação de insegurança, que reverbera socialmente mesmo na ausência da violência de fato. Há, nesse caso, a informação de que a cidade abriga a violência permanentemente. Este objeto, a violência, é interpretada pelo indivíduo então como um afeto constante, um lençol sobre a cidade. Sua ação decorrente disso é buscar refúgio, em um condomínio fechado.

Assim, o caráter difuso da violência, como nos disse literalmente outra entrevistada, Rosa Maria, “está em toda parte”, em grande medida graças às câmeras de TV, satélites, internet, que também estão em toda parte e que possibilitam o contato com certas imagens em tempo real, fazendo circular o medo através da repetição e do sensacionalismo, com consequências como inversões, a partir das quais, frequentemente, o particular assume papel de regra;



incorporação, por parte dos moradores das pequenas e médias cidades, da sensação de insegurança dos moradores das metrópoles, em função do foco nelas direcionado pela mídia, cujas imagens são diariamente consumidas pelos telespectadores. (SPÓSITO E GÓES, 2013, pg. 173)

Spósito e Góes (2013) trabalharam sobre condomínios fechados no interior paulista, e segundo as autoras, é comum os moradores desses espaços relatarem nunca terem passado eles próprios por eventos de violência como assaltos, sequestros ou roubos, ao mesmo tempo em que elencam a violência como um dos principais motivos para escolherem morar em um condomínio fechado. Mesmo assim, optam por este espaço como moradia. Isso significa que o sucesso dos condomínios fechados enquanto produtos imobiliários não pode ser visto apenas como resultado de índices de criminalidade em alta, insegurança urbana e medo, mas também de uma ideia coletiva, um consenso construído de que este modo de morar, com seus valores colocados em evidência, é o modo ideal de viver na cidade, ou ainda, é aquele capaz de garantir uma vida tranquila na cidade. Há, portanto, um grande peso para o fator “narrativa” sobre o objeto do condomínios fechado.

MARKETING: CONSTRUÇÃO DO CONSENSO

A percepção de insegurança urbana e a suscetibilidade à criminalidade podem, sem dúvida, configurar uma moldura dentro da qual são encaixadas diversos produtos, mecanismos e aparatos que promovem a ideia de segurança. Nos casos em que a insegurança é justificada, como em cidades e bairros com altos índices de criminalidade (ou em ascensão), estes aparatos são vistos como indispensáveis, atributos mínimos de uma casa. Ou seja, são incorporados ao entendimento coletivo do quê compõe uma moradia. No entanto, bairros ou cidades comumente associados à violência e criminalidade ganham tais adjetivos através da lógica da sinédoque: um bairro todo é pintado como violento a partir de apenas algumas ocorrências; uma cidade toda é considerada como refém do crime apesar deste não ter influência nela toda (CARRIÓN, VEGA, 2006). Com isso, as estratégias de securitização “transbordam” dos espaços em que são justificáveis para os espaços em que não são. Partindo de uma lógica de “antecipação do crime”, este imaginário conduz as ações individuais à preferência a adoção de mecanismos de securitização antes mesmo que algo aconteça, ou até mesmo sem ser possível comprovar a eficácia de cada instrumentos. Esta preferência também pode ser interpretada a partir do Interacionismo Simbólico de Blumer (1969), como uma prática individual que reverbera do imaginário coletivo do qual faz parte.

Dessa perspectiva é possível considerar que o fator “estética” é importante na disputa por espaços de segurança na cidade. Por exemplo, ao comprar um produto como uma cerca eletrificada, esta será instalada ao redor de uma residência. Mesmo que não se saiba a real eficácia desse produto, e mesmo ainda que nenhuma tentativa de assalto tenha acontecido para justificar essa compra (como é caso em muitas residências, demonstrado pela pesquisa de Spósito e Góes, 2013), a constatação de que “há uma cerca elétrica instalada e é possível vê-la” é suficiente para garantir a sensação de segurança. É um sentimento construído pela estética. Em seu trabalho sobre segurança urbana acerca de ameaças terroristas, Coaffee, O’Hare e Hawkesworth (2009) indicam que a estética das intervenções feitas nos edifícios (e

no espaço público) em prol de uma suposta segurança impactam tanto na percepção da população sobre a sensação de segurança (por vezes reforçando-a e por vezes enfraquecendo-a), quanto na alteração nas formas de uso de tais espaços.

Entendendo a estética como um fator chave para compreender a disseminação de aparatos de segurança na cidade, residências fortificadas e condomínios horizontais fechados, é preciso considerar que produtos e serviços dessa natureza constituem um mercado. Entende-se “mercado” como um produto ou serviço associado a uma rede produtos e serviços análogos e que comunicam-se com um propósito comum, nesse caso, a segurança urbana. Sendo assim, a este conjunto de produtos e serviços estão associadas propagandas, campanhas de marketing, públicos-alvo, objetivos mercadológicos, e todo o arsenal de que a publicidade se vale para o sucesso da implantação de um produto no mercado.

O objetivo das propagandas é seduzir. Os anúncios usam um repertório de imagens e valores que fala à sensibilidade e fantasia das pessoas a fim de atingir seus desejos. [...] Para conseguir esse efeito, os anúncios e as pessoas a quem eles apelam têm que compartilhar um repertório comum. Se os anúncios falham em articular imagens que as pessoas possam entender e reconhecer como suas, eles falham em seduzir. (CALDEIRA, 2000, pg. 264)

A vida entremuros dos condomínios, então, deve ser criada e representada como aquela em que não haja conflitos, superfícies ásperas, rugosidades; deve ser vista como uma vida segura, livre de problemas, lisa. Esta construção narrativa deve então reverberar naquele indivíduo que busca se sentir seguro. Independente se a vida em um condomínio fechado é realmente livre de conflitos, esta é a imagem edificada e transmitida. A partir do momento em que o indivíduo se sente representado por essa imagem, como algo que contém valores caros a ele, inicia-se um processo de construção de identidade em diálogo com os atributos propagandeados pelo modo de vida entremuros. Logo, a identidade do indivíduo passa a possuir laços com a estética de um produto imobiliário (e portanto, que possui intenção final de lucro) montado sobre uma narrativa de insegurança urbana, que pode ser justificável ou não. Há uma construção narrativa do indivíduo, do produto imobiliário e da vida resultante da união desses dois. Assim é conduzido um consenso coletivo de que a melhor forma de proteger-se na cidade é passando a morar em um espaço residencial fechado securitizado. Tal consenso, importante para garantir o sucesso mercadológico desse produto, e de tantos outros que fazem parte do “pacote” (carros blindados, guardas particulares, sistemas de câmeras, etc), é resultado tanto de campanhas de marketing, quanto de noticiários sensacionalistas, divulgação de índices de violência, cultura do entretenimento.

A necessidade da comunidade estética gerada pela ocupação com a identidade é o campo preferencial que alimenta a indústria do entretenimento: a amplitude da necessidade explica em boa medida o sucesso impressionante e contínuo dessa indústria. (BAUMAN, 2003, pg. 63)



No entendimento de “comunidade” de Bauman (2003), o condomínio fechado pode ser entendido como resultado de uma busca legítima por uma comunidade, um espaço de segurança. Mas, como o autor mesmo coloca, a construção de uma comunidade artificial, programada, faz dela uma falsa comunidade, uma que se sustenta mais pela estética do que pela ética. Nesse sentido, a construção de um consenso de quem seria o morador dos condomínios fechados, e do que seria viver nesses refúgios urbanos, é veiculada massivamente por suas propagandas.

No estudo de Caldeira (2000), *Cidades de Muros*, onde a autora dedica um trecho para a investigação dos anúncios de condomínios fechados, ela o faz através de propagandas de jornal; o que é condizente com o período em que a pesquisa foi feita, de 1975 a 1996. No caso desse artigo (e da pesquisa de mestrado no qual se apoia), a busca por peças de marketing dos condomínios se deu em redes sociais, websites de vendas de imóveis, websites de construtoras e gerenciadoras de condomínios e websites do próprio condomínio. Com a atual facilidade de criação de conteúdo digital, o marketing via internet tem grande alcance de público e liberdade quase irrestrita. A busca em redes sociais e sites de vendas de imóveis podem oferecer uma perspectiva da percepção da população sobre os condomínios fechados, expressos nos anúncios e comentários.

Condomínio Reserva Colonial⁴

A Segurança é tema prioritário no Reserva Colonial, não abrimos mão e nem fazemos concessões quando o tema é segurança. Nosso perímetro e mais as áreas internas são monitorados por seguranças armados, com cães e por câmeras, 24 horas do dia. Viva com liberdade e segurança, em uma das regiões mais privilegiadas de Valinhos e um dos lugares mais tranquilos da região. O condomínio Reserva Colonial busca de maneira harmoniosa manter suas áreas verdes da forma mais preservada possível, visando o bem estar de seus condôminos e a manutenção dos recursos naturais incidentes em sua propriedade.

São perceptíveis cinco temas presentes nas peças de publicidade de condomínios fechados: contato com a natureza, garantia de segurança, serviços à disposição, lazer à disposição e estilo de vida privilegiado. A questão da segurança tem bastante ênfase na larga maioria dos anúncios, e não é raro que ela esteja associada à possibilidade de lazer das crianças e à nostalgia, sob frases como “onde é possível brincar na rua como antigamente”. A relação com a natureza e os equipamentos de lazer são colocados como atributos de qualidade de vida, como um serviço do qual os moradores podem se servir, mesmo que não o façam. Como conjunto, esses fatores desenharam a imagem do morar no condomínio fechado, possuem a forma de “privilégio”: o local onde se mora e os atributos ali presentes constituem a persona de quem ali mora, alguém que diferencia-se do restante da população.

⁴ Website do próprio condomínio <<http://www.reservacolonial.com.br>>

Como Dacanal e Guimarães (2005) colocam, a imagem construída por essa narrativa é feita em oposição à cidade, colocada como caótica e perigosa. Desse modo, a mensagem dos condomínios se aproxima de utopias urbanas. Livres de atritos, livres da população indesejável, livres de qualquer negatividade que a vida na cidade poderia trazer. Este seria um sintoma da sociedade da transparência que Han (2014) coloca.

Condomínio Village Visconde de Itamaracá⁵

Village Visconde De Itamaracá oferece o fundamental para a qualidade de vida. Uma casa confortável, o som dos passarinhos, o cheiro de grama, a sombra da árvore, a oportunidade de circular pelas ruas com segurança e tranquilidade, curtir o aconchego do lar sem se preocupar com o perigo à espreita, localização privilegiada, crianças usufruindo do melhor que pode ser oferecido na infância, espaço para brincar. A escolha de onde morar vai além da garantia de um teto, mas agrega a busca pelo fundamental: a qualidade de vida. Cenários deslumbrantes, natureza viva e abundante com vegetação e pássaros, infraestrutura cuidadosamente planejada, sistemas de segurança, acesso facilitado; Projetados para oferecer tudo aquilo que as pessoas almejam quando vão escolher o local para, não apenas morar, mas viver, crescer, construir e estabelecer a base para o dia a dia. Todo o projeto foi desenvolvido para e estar em constante aprimoramento. Assim, é possível o aumento da segurança dentro do Village. São duas portarias independentes, sendo uma de acesso social e outra de serviço, para o controle na entrada e agilidade no cadastro de visitantes. Além disso, você encontra monitoramento por câmeras, células de segurança, sistemas de controle de acesso, Sensores de presença, entre outras tecnologias.

São constantemente reiterados os fatores que agregam qualidade de vida ao condomínio: espaços para brincar, contato com a natureza, segurança. Ou seja, a imagem que está sendo desenhada pelo anúncio se vale de noções estéticas do morar e transfere esses atributos à personalidade do morador: “se eu morar em um local como esse, terei uma vida melhor, logo, serei melhor”. Tais imagens e ideias são incorporadas pelo consumidor muito antes deles adquirirem um imóvel em condomínio horizontal fechado, ou antes de morarem em um, de modo que o que se objetiva com os anúncios, considerando o conjunto global deles, é a criação do mito da cidade ideal. Ainda, para edificá-lo são eleitos símbolos visíveis (estéticos) de comprovação da qualidade de vida prometida. São símbolos estéticos pois sua eficácia prática torna-se dispensável à primeira vista, quando sua mera presença já cumpre o papel. Como Blummer (1969) aponta, é a partir da eleição de símbolos e da sua circulação no imaginário social e na linguagem, que eles são interpretados e ganham significados atrelados a si. Ora, quando há um setor econômico (imobiliário residencial) que ativamente agrega significados positivos a objetos e serviços (símbolos eleitos) como muros altos, segurança

⁵ Website do próprio condomínio <<http://www.villageitamaraca.com.br>>



privada, guardas armados, exclusividade e separação, e ainda conta com a ajuda de uma mídia jornalística sensacionalista de alta circulação na sociedade, é claro que a ideia de condomínios e loteamentos residenciais horizontais fechados vai se fixar como a alternativa mais viável, se não a única, para vencer a barbárie da cidade.

É interessante perceber também que, apesar dos condomínios residenciais fechados serem uma resultado de uma busca por uma comunidade (segurança, segundo Bauman [2003]), nenhum dos anúncios cita a convivência com outras pessoas ou a criação de laços pessoais em comunidade. Ao contrário, os atributos são sempre direcionados ao indivíduo solitário.

Há, no entanto, um potencial descompasso entre a realidade e a imagem da realidade. Enquanto o marketing atua na sedução, uma vez que conquiste o consumidor, sua ação passa a ser reproduzida pelo indivíduo, até que este encontre, na realidade da vida entremuros, impasses e atritos, ao contrário do que lhe foi prometido.

CINEMA: REFÚGIOS INSEGUROS

Polícia investiga onda de furtos em condomínios fechados de Goiânia⁶

Em um residencial, 4 casas foram invadidas no fim de semana de feriado. Suspeita é de que criminosos sejam empregados ou prestadores de serviço.

Furtos preocupam moradores de condomínios fechados em Rio Preto⁷

Alto número em condomínios de luxo chamou atenção da polícia. Segundo especialista, profissionais treinados são essenciais.

Em “O mal-estar na civilização”, Freud (1930) apresenta algumas estratégias de mitigação do sofrimento em sociedade. A maioria delas se configura em concordância à lógica do condomínio fechado, ou seja, regidas pela estética, pelo afastamento de si em relação à sociedade e pela exclusividade. O condomínio residencial horizontal fechado pode ser lido tanto como uma manifestação espacial da busca por segurança, como uma metáfora do indivíduo em meio à sociedade (DUNKER, 2015).

⁶ Manchete no Portal G1 de notícias, 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/11/policia-investiga-onda-de-furtos-em-condominios-fechados-de-goiania.html>>

⁷ Manchete no Portal G1 de notícias, 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2013/02/furtos-preocupam-moradores-de-condominios-fechados-em-rio-preto.html>>



Três anos depois da aparição da lei brasileira sobre condomínios e cinco anos antes de nossa experiência modelo nos arredores de São Paulo, Lacan postulava que a expansão dos mercados comuns nos levaria à acentuação da segregação como princípio social. (DUNKER, 2015, pg. 71)

Para explicar o condomínio residencial fechado como parábola da sociedade brasileira contemporânea, Dunker (2015) utiliza como ferramenta o cenário cinematográfico brasileiro do início dos anos 2000. Segundo ele, filmes como *Lavoura Arcaica* (2001), *À Deriva* (2009), *Edifício Master* (2002), entre outros, indicariam conceitos e construções estéticas que se tornariam primordiais para a discussão social-urbana nos anos seguintes, como temáticas da justiça, vingança, impasses sem orientação pragmática, etc. Em seu trabalho *Violência*, ŽIŽEK (2008) também utiliza do cinema como artifício reflexivo. No seu caso, o filme *A Vila* (2004) é utilizado para discutir a formação de uma comunidade protegida – fisicamente, pelo afastamento e barreiras limítrofes; e esteticamente, pela invisibilidade, e pela narrativa construída que impede que os moradores saiam – que nasce a partir do aumento da criminalidade urbana.

É possível entender que as narrativas que o cinema apresenta têm dupla relação com a realidade social que retrata. Primeiro, em termos de produção, quando diretor e roteirista atuam como receptores de questões presentes na sociedade; assim o filme refletirá sobre estas condições, tecendo cenários e críticas sobre a realidade, interpretando-a. Segundo, em termos de representação, quando a narrativa vista na tela é reconhecida pelo sujeito (aquele que vê e ouve o filme) como parte da sua realidade subjetiva; desse modo, o filme funciona como um objeto de diálogo entre a experiência real subjetiva e a experiência representada narrativa.

O mais importante é entender a arte, como uma relação entre o problema da sociedade e a expressão plástica. A arte não é apenas a glorificação do belo, do significativo, mas a relação implícita que existe entre o fato social e a sua expressão. (MOSQUERA, 1976, pg. 63)

Para compreender como a imagem dos condomínios fechados é constituída coletivamente, em contraposição aos anúncios de marketing, serão apresentadas análises de dois filmes – utilizados como ferramentas dialógicas entre a realidade e a crítica – que trazem conflitos presentes na vida entremuros. São eles “*La Zona*” (2007), de Rodrigo Plá e “*Historia del Miedo*” (2014), de Benjamin Naishtat. Enquanto o esforço da propaganda é criar um consenso de que os condomínios são uma alternativa confiável de moradia segura, estes filmes (escolhidos entre um conjunto de filmes que tratam do mesmo tema) colocam contradições à noção generalizada de primazia da moradia exclusiva, segregada, vigiada e protegida.



“La Zona”: o elemento intruso e a autorregulação interna

Um condomínio de alto padrão e alto grau de segurança (leia-se, vigilância) é a personagem principal do longa. A trama começa quando uma parte de seu muro cai, por conta de uma forte chuva, e um grupo de pessoas do bairro pobre vizinho entra no condomínio, comete um assalto, durante o qual uma das moradoras é assassinada. Durante a fuga, o grupo é emboscado e três integrantes morrem enquanto um sobrevive e se esconde em uma das casas do condomínio. Durante a confusão, um dos moradores mata um dos guardas internos por engano, imaginando que se tratasse de um dos assaltantes.

Aqui é possível identificar um elemento apontado por Dunker (2015) como um artifício de justificação de sofrimentos: o elemento estrangeiro. Sobre o estrangeiro, no caso do filme representado pelos moradores pobres, é colocado toda a culpa dos problemas presentes e dos que virão. Essa justificativa está presente nas políticas de controle de acesso em condomínios fechados, que impedem a livre passagem pelos seus portões, e proíbem a entrada de motoboys, entregadores, ou então adotam um tratamento escrutinador para que essas pessoas possam atravessar as catracas. Ou seja, para garantir a tranquilidade e a segurança dos “de dentro”, exclui-se os “de fora”, já que está neles o problema.

No desenvolver da narrativa do filme, a polícia é impedida pelos moradores de entrar no condomínio e conduzir as investigações sobre o assalto e os assassinatos. Esta atitude visa preservar privilégios que os condôminos possuem em relação à administração pública. Desse modo é criado um grupo interno aos muros, formado por moradores, que irá caçar o assaltante sobrevivente, que ainda se esconde dentro do condomínio. Essa perseguição é adotada também pelos jovens, como uma brincadeira. Fugindo de seu esconderijo, o assaltante, um garoto como um daqueles que o perseguira, é alcançado pelo grupo de buscas formado pelos condôminos. Enraivecidos, espancam o garoto até a morte.

Outro tema se faz presente durante o filme: a autorregulação. Sendo o condomínio um território demarcado por regras que diferem daquelas extra-muros, em certa medida sua administração utiliza-se de um poder de regulação interna própria, pautada por normas de comportamento e uso dos espaços e normas construtivas, na superfície. Sob as aparências, são presentes na literatura constatações de aprovações de condomínios fechados em desacordo com legislações locais. De qualquer maneira constitui-se ali um poder de regulação interno, invisível à cidade. No filme esta característica ganha contornos intensos quando a polícia é impedida de entrar, quando é formada a comissão de busca e quando a viúva do guarda assassinado por engano é impedida de levar o corpo do marido para ser sepultado fora do condomínio; a crise instalada ali dentro, a partir dos crimes e das buscas, transborda para a vida familiar e social dos envolvidos. Concordando com a colocação de Caldeira (2000), a narrativa do crime divide os acontecimentos traumáticos na dualidade “antes do acontecimento” e “depois do acontecimento”. No filme, há uma quebra da coesão social interna a partir da invasão (acontecimento traumático). Buscando retornar à normalidade anterior aos crimes, os moradores buscam, instintivamente, o retorno à imagem do condomínio ideal, veiculada pelo marketing. Contudo, para alcançar este ideal, sendo o meio escolhido a violência, o momento “pós trauma” não poderá ser visto como um retorno à normalidade, mas como uma supernormalidade, que torna invisível suas causas.



Para Guerrero, Martí e Avalos (2009), “La Zona” apresenta a questão central da visualização. Para os autores, o muro é o elemento chave que articula as diferentes miradas colocadas em prática pelas personagens: aqueles que moram fora do condomínio observam os de dentro a partir de um viés, enquanto estes observam os de fora a partir da sua perspectiva. A questão da mirada é presente ao longo do filme de outras maneiras, como a constante observação através das câmeras de vigilância para encontrar o fugitivo, e a transformação no olhar entre os moradores, que ao longo da trama passam a discordar sobre os acontecimentos.

Em “La Zona” fica clara a consequência da narrativa apresentada em tela: o consenso de que o condomínio fechado é um espaço de segurança imaculado é desmontado; evidencia-se que os conflitos sociais são permeáveis. Mariana Guerra (2013) relata em seu trabalho *Vende-se qualidade de vida: Alphaville Barueri – implantação e consolidação de uma cidade privada*, que o crime também tem lugar dentro dos condomínios. A autora ainda evidencia que a dificuldade para acessar dados sobre a criminalidade dentro dos condomínios, bem como a o intencional encobrimento de informações tem relação direta com a preservação do valor dos imóveis.

No dia 6 de outubro de 2012, uma residência foi invadida no condomínio fechado Scenic. Os ladrões cortaram a cerca de arame farpado que separa o condomínio de uma mata vizinha e levaram equipamentos eletrônicos e outros pertences dos moradores. O caso que mais repercutiu nos jornais no entanto, aconteceu no dia seguinte no Residencial 10. Ladrões fortemente armados cavaram um buraco de um metro de diâmetro embaixo do muro do residencial e invadiram duas residências. [...] Uma das vítimas decidiu romper a “lei do silêncio” e escreveu o relato do roubo na rede social Facebook, o que gerou de imediato fortes reações por parte dos moradores de Alphaville. [...] Nos depoimentos, muitos moradores comentam que a fama de lugar seguro já não corresponde exatamente à realidade e ficam indignados com a não divulgação dos casos. Alguns, no entanto, ainda acham prudente não divulgar as ocorrências, para não expor as falhas de segurança e não desvalorizar seu patrimônio. (GUERRA, 2013, pg 200-201)

“Historia del Miedo”: antecipação à violência

A trama do filme “Historia del Miedo” gira em torno de uma família em que parte dela mora em um condomínio de alto padrão, vigiado, e outra parte mora em um condomínio vertical, um edifício na cidade. Interação com essas personagens, pessoas de classe baixa, normalmente trabalhadores, que frequentam o condomínio ou que transitam próximos a ele. Após um anúncio de despejo de bairros próximos, uma série de acontecimentos triviais dentro do condomínio passam a ganhar contornos de paranoia. Uma pessoa se comporta de modo estranho na lanchonete, um alarme residencial dispara sem motivo aparente, um estranho toca a campainha, parte da cerca é cortada, é encontrado lixo próximo ao local do corte,



constantes faltas de energia, o carro de um dos guardas é atacado com lama, um pedinte para em frente ao carro em movimento.

A narrativa apresentada coloca estes acontecimentos como momentos de tensão, quebras da normalidade da vida regrada, de modo que as personagens sofrem, se preocupam, angustiam-se. No entanto é preciso ressaltar que nada acontece além disso. Não há assalto, assassinato, ou qualquer crime. Ao contrário de “La Zona”, este filme se concentra nas atitudes de antecipação da violência e do crime. Esta é representada a partir da impressão de tensão e preocupação no contato com o outro. O estranho que toca o interfone e tenta acessar o apartamento, não foi chamado; o buraco feito na cerca, por não se sabe quem, é talvez uma indicação de tentativa de acesso ao condomínio. O que “Historia del Miedo” propõe é uma investigação dos resquícios do contato entre as alteridades, e como elas são tratadas com desconfiança. Mesmo quando não há outras pessoas envolvidas em um determinado acontecimento, as personagens suspeitam de alguém, um elemento estranho inventado. É um exemplo desse pensamento uma cena em que, durante um jantar, há uma queda de energia e, em meio à escuridão, todos saem preocupados a procurar as crianças. O desespero crescente dos adultos é interrompido pela volta repentina da energia, que mostra que nada havia de estranho ali.

Diferentemente de “La Zona”, em que o foco crítico do filme está no objeto urbanístico do condomínio fechado, aqui o comentário social que o filme proporciona está mais diretamente relacionado ao medo e insegurança urbanos permanentes. Estes se desdobram em desconfiança das alteridades, mesmo quando não há de quem desconfiar, cria-se alguém para desconfiar; e na constituição de espaços como condomínios verticais e horizontais fechados. Logo, nesse filme, o condomínio fechado não é o objeto de análise, mas uma repercussão de um objeto anterior, o medo.

Ambos os filmes apresentados possuem características em comum, como o recorte territorial centrado em condomínios residenciais horizontais fechados, e a trama baseada na insegurança e no medo. Apesar das diferenças que levam os filmes a conclusões diferentes, eles fazem parte de um conjunto de narrativas que procuram problematizar condições tidas como hegemônicas em relação à vida na sociedade urbana atual. Especificamente, a partir do peso adquirido ao longo do tempo pelo condomínio residencial fechado como um produto imobiliário idealizado, que garante o bem estar e o status de seus moradores, cresce uma necessidade de mostrar que a realidade opera de maneira mais complexa; que a delimitação e nomeação de um território como seguros, não significa que ele é de fato. Dessa perspectiva, a intenção desse artigo em contrapor a narrativa do marketing, à do cinema, é de evidenciar a produção de uma imagem ideal de habitação (e sociedade), ou seja, a construção de um consenso coletivo que elege os condomínios fechados como espaços de segurança por excelência; em contraste a uma outra imagem desses mesmos espaços, em que são representadas contradições advindas da imposição de uma racionalidade à vida em sociedade, e da superexploração da insegurança por estratégias de vigilância, exclusão e controle.

Como colocado aqui, trata-se de um jogo entre representação e representado; em última análise, uma disputa de significados. Se de um lado a indústria imobiliária e o jornalismo sensacionalista invadem o senso comum a favor dos condomínios fechados e



colando sua imagem à imagem da morada ideal; de outro, a academia e o cinema procuram mostrar que esta associação está fadada a ser constantemente rompida, que a realidade é por demais complexa para que uma solução estética dada à violência, resolva tensões tão profundas da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a complexidade da vida urbana é impossível não reconhecer o papel que a insegurança desempenha no cotidiano. Seja através de noticiários com manchetes alarmantes, ou pelo testemunho do crime nas ruas, ou ainda pela transformação do espaço urbano sob este pretexto. Fisicamente, a cidade começa a ser direcionada para o desenvolvimento de espaços altamente vigiados, murados, militarizados, fechados. Ao mesmo tempo (e por conta disso), a experiência de habitar uma cidade também altera-se: o controle sobre os espaços é comumente disfarçado e pode facilmente se sobrepor à liberdades individuais.

É possível perceber duas frentes onde são dinamizadas as questões sobre a insegurança urbana e os modos de minimizá-la ou resolvê-la. A primeira frente é prática. Fazem parte dela as transformações físicas no espaço urbano feitas sob o pretexto da segurança: construção de condomínios fechados, muros, cercas elétricas e cortantes, instalação de sistemas de câmeras, etc. Estas atitudes são respostas à sensação de insegurança que vem sendo verbalizada pela população e pela mídia. Soluções como estas tendem a agir na ponta final do problema, inibindo o criminoso de cometer o crime; a mensagem que um muro alto carrega e a mesma de uma cerca elétrica: “você não consegue passar por aqui”. Estes são exemplos de soluções estéticas, que não agem nas causas do problema da criminalidade, mas sim sobre a percepção do indivíduo sobre o espaço ao seu redor: após comprar um sistema de câmeras, o indivíduo se sente mais seguro. No entanto, não há como saber esse ferramental realmente é efetivo, por dois motivos. Primeiro, já não são raras as notícias de crimes cometidos dentro de condomínios fechados, muitos equipados com forte segurança; segundo, o crime que não é cometido não é percebido nem noticiado, tornando a eficácia dos equipamentos de segurança difíceis de medir. Por fim, estas estratégias visam em sua maioria a proteção de propriedades privadas, sejam de caráter residenciais ou comerciais. Se há uma pressão pela securitização do ambiente de trabalho e do ambiente da morada, conseqüentemente há uma pressão pela securitização dos espaços entre estes dois. Assim, os trajetos e o espaço público ganham a necessidade de serem adequados à segurança, seja pelo uso de carros blindados, controle de acesso ou vigilância de espaços públicos. A proliferação dessas ações práticas de mitigação da insegurança são resultado de um consenso coletivo, construído para eleger essas estratégias como efetivas.

A segunda frente onde este debate acontece é a frente do discurso. É importante lembrar que grande parte da discussão sobre segurança urbana está colocada sobre uma plataforma de mercado. Casas em condomínios fechados, carros blindados, armas, câmeras, guardas, são produtos e serviços propagandeados como soluções à insegurança, ou seja, a própria noção de segurança pode ser comprada. Outro aspecto importante à considerar é que estes produtos não prometem a solução da criminalidade, mas sim da insegurança, reforçando o peso estético dado a estas estratégias. Para que tais produtos ganhem aceitação



pública, eles precisam que sua mensagem seja divulgada, papel que a propaganda e o marketing faz; e o faz tão bem que estes produtos ultrapassaram a aceitação pública e passam a ser considerados necessidades básicas para a vivência na cidade. As propagandas de condomínios fechados, por exemplo, procuram desenhar uma espécie de cenário consagrado pelo bem estar, lazer, segurança e natureza; garante-se que ali os infortúnios da cidade não chegam. Este é o centro do consenso coletivo fabricado: uma vez que você compre estes produtos e adote um determinado modo de vida, estará seguro. Esta ideia de uma morada idealizada tem um contraponto no cinema. Filmes como “La Zona” e “Historia del Miedo” apontam algumas contradições da vida entremuros. Entre as principais colocações que a ficção permite elaborar, estão a exacerbação da desconfiança dos outros, a submissão à regimes de autocontrole e autovigilância. O cinema, então, participa da narrativa dos condomínios fechados acrescentando problemáticas à ideia de refúgio, consagrada pelo marketing.

É incontestável que países desiguais, como o Brasil, sofrem com a criminalidade. No entanto, soluções pautadas por um discurso estético, impulsionadas pela propaganda, e que não agem sobre o problema em si mas sobre seus sintomas, estão fadadas à obsolescência. Ainda, sua implantação em larga escala nas cidades tende a alargar as distâncias entre o “eu” e o “outro” e também entre a realidade e o discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, e-book, 2009, [orig. 2005].

_____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. *Vigilância Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, e-book, 2014, [orig. 2013].

BLUMER, Herbert. *Symbolic Interacionism: Perspective and Method*. Los Angeles: University of California Press, 1969.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio Caldeira. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2000.

CARRIÓN, Fernando; VEGA, Jorge Nuñez. La inseguridad en la ciudad: hacia una comprensión de la producción social del miedo. *EURE*, vol. 32, n 97. pg. 7-16. 2006.

COAFFEE, Jon; O’HARE, Paul; HAWKESWORTH, Marian. The visibility of (in)security: the aesthetics of planning urban defences against terrorism. *Security Dialogue*, vol. 40, n 4-5, pp. 489-511. 2009.

CRUZ, Luciana Maria. *Morfologias Urbanas do Medo: a materialização da (in)segurança em bairros nobres do Recife*. 2010. 103 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –

- Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- DACANAL, Cristiane; GUIMARÃES, Solange Terezinha de Lima. *A imagem de condomínios horizontais*. In: Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente. Londrina, 2005.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FERNANDES, Erick Alessandro Schunig. *O marketing e a propaganda como protagonistas no processo de construção de condomínios nos municípios de Vitória e Serra*. In: Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória/ES, 2014
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad: Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Penguin Classics e Companhia das Letras, 1ª ed, 2011, [orig. 1930].
- GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GUERRA, Mariana Falcone. *Vende-se qualidade de vida: Alphaville Barueri – implantação e consolidação de uma cidade privada*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2013.
- GUERRERO, Gerardo Fernández; MARTÍ, Sandra Amelia; ÁVALOS, Martha Isabel Flores. *La Zona: la idea de protección a partir del libre confinamiento en la sociedad globalizada*. Nueva Época, año 22, nº 61. Pp. 127-138. 2009.
- HAN, Byung-Chul. *A Sociedade da Transparência*. Tradução: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2014.
- LEONELLI, Gisela Cunha Viana. *A construção da Lei Federal de parcelamento do solo urbano 6.766: debates e propostas do início do século XX a 1979*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Instituto de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Carlos, 2010.
- LIRA, Pablo Silva. *Geografia do Crime e Arquitetura do Medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2ª ed, 2017.
- MOSQUERA, Juan José Mouriño. *Psicologia da Arte*. Porto Alegre: Sulina, 2ª ed, 1976.
- ORELLANA, Rodrigo Castro. Panoptismo, biopolítica y espacio re-flexivo. In: *Planos de (Inter)sección: materiales para un diálogo entre filosofía y arquitectura*. Espanha: Lampreave, 2011, pg 47-67.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. Trad: Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 1ª ed, 2014, [orig. 2008].

RESERVA COLONIAL. Disponível em <<http://www.reservacolonial.com.br>> Acesso em 9 de Outubro de 2018.

VISCONDE DE ITAMARACÁ. Disponível em <<http://www.villageitamaraca.com.br>> Acesso em 9 de Outubro de 2018.

Historia del Miedo. Direção: Benjamin Naishtat. Argentina: Rei Cine, 2014. 79 min, som cor.

La Zona. Direção: Rodrigo Plá. México, Espanha: Morena Films, 2007. 97 min, som, cor.

O Som ao Redor. Direção: Kleber Mendonça Filho. Brasil: CinemaScopio, 2013. 131 min, som, cor.

Um Lugar ao Sol. Direção: Gabriel Mascaro. Brasil: Símio Filmes, 2009. 69 min, som, cor.